

TECENDO CAMINHOS PARA NEGRITUDE: A LITERATURA E O LUGAR DO MENINO NEGRO.

Deborah Larissa Afonso de Arruda¹
Tarcia Regina da Silva²

RESUMO

As discussões em torno das questões étnico-raciais e de gênero ocupam cada vez mais espaços nas estruturas sociais e dentre elas, as educacionais. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo a avaliação de como se dá a construção da masculinidade negra, bem como a própria construção social e política da concepção de raça, uma vez que esse conceito foi utilizado como uma forma de hierarquizar uma população, sendo corroborado principalmente pelo seu passado colonial. Procura-se, também, enfatizar os debates contemporâneos em torno de uma educação antirracista e afrocentrada e como isso tem sido posto no sistema educacional brasileiro. Dessa forma, é indubitável que a educação é um pilar fundamental para a sociedade. Por isso, a Lei 10.639/03 e conseqüentemente a obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afro-Brasileira, foi e é um marco de luta e conquista do Movimento Negro e não só isso, é uma forma de resistência da população negra. Apreende-se que hodiernamente é inadmissível uma educação que não respeite e abrace a pluralidade de ser e existir. Dessa maneira, a literatura vem como um instrumento de positividade das identidades negras, podendo tanto perpetuar, quanto romper com estereótipos. Sendo ela um instrumento de representação e ensino imprescindível desde a infância. No campo metodológico utiliza-se a proposta de revisão documental. Além de averiguar os últimos estudos relacionados aos objetivos desse artigo, também foi analisado obras de literatura infantil, lançadas após a Lei 10.639/03, mais especificamente, publicados entre 2005 - 2021, que são destinados a crianças e que tenha meninos negros como protagonistas. Dessa maneira nota-se um aumento crescente nas publicações de livros voltados a temáticas étnico-raciais, mas poucos que destacam o papel do menino de forma positiva e protagonista. Ademais, tem-se como parte do resultado a necessidade de metodologias que abarquem a subjetividade e a urgência das temáticas que perpassam os estudos étnico-raciais de forma efetiva e menos europeizada..

Palavras-chave: Protagonismo negro, Literatura Infantil, Construção da Masculinidade, Antirracismo.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade entre raça, gênero e educação tem-se mostrado bastante intensificada nas últimas duas décadas. Essa ligação tem sido fortalecida principalmente após a promulgação da Lei 10.639/03, que visa garantir o ensino da história afro-brasileira e seus desdobramentos, como a questão da discriminação racial, do racismo e do caminho da negritude. Bem como o desenvolvimento dos estudos de gênero no país . O Brasil, não só por

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco - UPE, deborah.arruda@upe.br. Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE.

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação do Estado de Pernambuco. Professora Associada e Livre Docente da Universidade de Pernambuco - UPE, tarcia.silva@upe.br

suas dimensões geográficas, como também pelo processo de colonização, apresenta diversas diferenças sociais com diferentes graus de complexidade.

Fazendo referência a fala da ativista Angela Davis (2016) , “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Essa premissa permeou o trabalho realizado, uma vez que ancora-se no argumento de que há especificidades relacionadas ao gênero como aponta França (2006); Costa (2011); Rodrigues (2011); Conceição (2018); Nascimento e Silva (2020); e as temáticas étnico-raciais no que se diz respeito à educação infantil. Busca-se, assim, uma educação antirracista que possua a voz e o protagonismo negro.

Dessa forma o artigo apresenta a construção da masculinidade negra, buscando compreender as tentativas de justificação do status social atribuído histórica e socialmente, incluindo considerações acerca do racismo que está enraizado na sociedade brasileira como demonstra Costa e França (2011); Souza (2021); e suas contribuições na perpetuação de estereótipos. Bem como, é apresentado a funcionalidade da Lei 10.639/03, amplamente problematizada por Batista (2009); Santiago (2010) e Martinhago (2016) e sua carga de valor jurídico-social, simbólico e de representação na valorização da cultura afro-brasileira na educação. A pesquisa também levantou a questão de se ter uma metodologia afro-centrada como forma de superação dos desafios ainda enfrentados pela população negra.

Outrossim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como as masculinidades negras são abordadas no livros de literatura infantil que são destinadas a crianças e que têm meninos negros como protagonistas. O artigo foi construído por meio de uma revisão de literatura, juntamente com uma análise documental de obras voltadas para o público infantil. Possui como objetivos específicos evidenciar como são apresentados, nos livros de literatura infantil, os meninos negros; discutir como os efeitos das narrativas analisadas podem incidir na construção da identidade dos meninos negros e refletir se as narrativas reforçam estereótipos da identidade do menino negro. É válido ressaltar que após a análise as obras apresentaram um ponto de convergência notório: a tentativa de possibilitar uma positivação da imagem do menino negro, ou melhor, a necessidade de reconhecer e conhecer a negritude.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho, encontra-se assentada nas intensas leituras das obras referenciadas, na análise de obras de literatura infantil e na Lei 10. 639/03, possuindo um caráter teórico. Desse modo, enquadra-se em uma pesquisa de método qualitativo, mais especificamente, é considerada uma pesquisa documental, que busca fazer um levantamento

com as últimas discussões em torno da temática proposta, bem como sobre como o racismo interfere na educação e construção do menino negro. Procura-se por meio dessa metodologia ampliar as perspectivas de compreensão dos fatos, bem como a contextualização tanto histórica quanto cultural dos fatos. Tendo sempre em vista a interação entre a produção literária e o cenário nacional que insere a discussão sobre a temática étnico-racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE NEGRA

A priori, é preciso explicitar que intersecção é um ponto de encontro entre duas variáveis, ao falar de construção da masculinidade negra tem-se a convergência de duas categorias de análise: gênero e raça. Essas categorias ao longo dos anos deixaram de ter um caráter biologizante e passaram a ter um caráter socialmente construído. Ou seja, o papel de ser uma pessoa masculina é algo socialmente definido. Apesar disso, o papel do homem ainda é encarado comumente como parte natural, intrínseco e determinado desde o nascimento.

“Gênero” abriu todo um conjunto de questões analíticas sobre como e em que condições diferentes papéis e funções haviam sido definidos para cada sexo; como os próprios sentidos das categorias “homem” e “mulher” variavam de acordo com a época, o contexto e o local; como as normas regulatórias de comportamento sexual foram criadas e impostas; como questões de poder e direitos representaram definições de masculinidade e feminilidade; como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas de pessoas comuns; como as identidades sexuais foram forçadas dentro de prescrições sociais e contra elas. (SCOTT, 2021, pp. 180)

Inspirado na ideia de Charles Darwin de seleção natural, surgiu o chamado Darwinismo Social. Essa teoria considera que os seres humanos são desiguais de forma natural, alguns são superiores e outros inferiores. Outra teoria que corroborou com essa construção foi a da eugenia, que tentou hierarquizar as raças de acordo com o material genético, ou ainda o etnocentrismo, em que um grupo social acredita ser superior ao outro. Assim sendo, elas foram historicamente usadas como base para justificar a atribuição de status de inferioridade para determinadas parcelas da sociedade. Segundo Jessé de Souza, essas idéias possibilitaram que o racismo assumisse lugar de destaque no cotidiano social

Uma classe/raça composta em sua esmagadora maioria por negros, destinada a ser a “Geni” da sociedade brasileira, que todos podem oprimir, explorar, humilhar, cuspir e matar sem que ninguém realmente se comova. Uma classe/raça construída para que todas as outras possam se sentir superiores a ela, ajudando a justificar e legitimar uma sociedade que é desigual e perversa como um todo.
(SOUZA, 2021, p.11.)

No Brasil, a influência dessas correntes hierarquizantes ganhou ainda mais força graças às suas raízes históricas. O processo colonizador de exploração trouxe consigo a escravidão. Desde 1532, o negro vem para o Brasil na condição de escravizado. Os brancos que eram os senhores de escravos detinham o poder, inclusive sobre a vida das pessoas negras. Pessoas essas que faziam e mantinham o sistema econômico do país. O trabalho nesse contexto funcionava como um mantenedor do papel que os negros eram submetidos. Por isso, na visão de Isabella Santos (2020, pp. 24) “ O que se consta atualmente é a persistência da desigualdade racial fortemente vinculada à condição inicial que o negro se encontra no pós abolição”.

Ademais, é necessário tomar como base o conceito de gênero tanto como uma construção sócio-cultural, quanto uma forma de representação. Segundo a pesquisadora Rute Rodrigues (2011), em seu estudo *Vozes que fazem o gênero*, o sujeito é múltiplo e construído através de discursos, significados e historicidade. Possuindo essas características o sujeito é um participante ativo da sua própria construção. Atualmente, as questões de gênero fomentam as discussões relacionadas às desigualdades sociais brasileiras e mundiais. Sobre isso Rodrigues traz que “a discussão em torno da masculinidade expressa mudanças em relação à aceitação social do arbitrário poder masculino e de sua hegemonia dentro do regime de gênero vigente nas culturas contemporâneas ocidentais”. (RODRIGUES, 2011, pp. 16.)

Dessa forma, a masculinidade negra vai sendo construída de acordo com os processos históricos. A herança colonial põe o homem negro em um lugar de subalternidade. Esse pensamento foi socialmente internalizado, o que faz com que o homem duvide de sua capacidade de escolha e de criação, que reprima seus sentimentos e pensamentos. A colonização tem alimentado um racismo estrutural que reduz o negro a um corpo (SOUZA, 2021). A um ser inferior.

O racismo permanece enraizado nos processos de socialização quando o indivíduo é integrado a um grupo e adquire seus hábitos e valores característicos. Essa imagem da masculinidade negra é um contrapeso em relação à feminilidade. Existe um temor em relação a demonstrar, ser ou fazer algo que se é socialmente considerado como feminino. Assim a autêntica masculinidade (OLIVEIRA, 2004) seria justamente a brutalidade, a indelicadeza, o “ser forte” constantemente etc,. Esses estereótipos contaminam desde a infância o pensar relacionado ao protagonismo negro e sua *masculinidade*.

Os estereótipos são imagens idealizadas, relativas a indivíduos ou grupos, e tem o poder de produzir opiniões, conceitos e preconceitos relacionados a dados que não

comprovam a realidade do outro, sendo que este é rejeitado ou colocado sob suspeita. (COSTA; FRANÇA, pp. 114-144, 2011.)

Uma das ferramentas na tentativa de reparação histórica e social em relação ao *ser negro* foi a implementação da Lei 10. 639/03.

2. EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, ARTES E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Apesar da educação ser um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, o acesso à educação pela população negra permaneceu, por muitos anos, sendo posto em segundo plano. A promulgação da Lei 10.639/03, foi uma conquista de muitas vozes e lutas. Sendo inegável a participação do Movimento Negro, “os movimentos negros perceberam que os sistemas educacionais brasileiros eram parte do processo de reprodução da discriminação contra a população negra” (SILVA, 2005 *apud* VIREIRA; SANTOS, 2023). A reivindicação, de forma formalizada, pela educação voltada para a população negra iniciou-se por volta dos anos 50.

Inicialmente, a demanda do movimento se dava de maneira mais generalizada, até que nos anos de 1980, a pauta em torno de políticas afirmativas tornou-se ainda mais urgente (VIEIRA; SANTOS, 2023). As ações afirmativas podem ser entendidas como tentativas de uma reparação histórica a grupos discriminados, que sofreram - e ainda sofrem- exclusão social. É uma forma do Estado Brasileiro reconhecer o racismo que perpassa todas as esferas sociais e buscar combater tal prática. Dessa maneira, após mais de meio século de embates relacionados à educação que incluísse a população negra, juntamente com sua história, cultura, crença etc. é promulgada a Lei 10.639/03.

Segundo a pesquisadora Maria de Fátima Oliveira Batista (2009), na defesa de sua dissertação de mestrado, *A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco*, a política educacional nacional ainda necessita de forma urgente implementar de forma concreta políticas públicas que destruture a internalização da discriminação racial.

A educação escolar, não é um espaço onde possa resolver tudo, porém ocupa um lugar de destaque onde possa oferecer para crianças, jovens e adultos conhecimentos que os possibilitam um olhar crítico diante de atitudes preconceituosas e de comportamentos discriminatórios que inviabilizam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. (MUNANGA, 2005 *apud* BATISTA, 2009).

Apesar do longo caminho já trilhado ao longo desses vinte anos, a educação brasileira ainda é massivamente europeizada. Chama-se de educação eurocêntrica, a educação que importa hábitos, costumes e valores da Europa. Não só isso, mas também traz consigo seus

preconceitos, discriminações e perspectivas embranquecidas. Segundo Maurício Silva (2021), a europeização vai desde o currículo, passa pelo processo de avaliação e prática docente e chega no âmbito político-social, deixando marcas profundas na sociedade brasileira. Quando é falado sobre o eurocentrismo na educação, principalmente, relacionado aos currículos escolares tem-se:

(O termo eurocentrismo) tem sido vastamente utilizado nas discussões acerca dos currículos escolares, especialmente no sentido de exprimir um ponto de vista unilateral, tendencioso e arbitrário, por privilegiar uma mundividência e uma subjetividade europeias, que, ao se afirmar como racionalidade de valor universal, desqualifica outras experiências e saberes que, afinal, compõem o complexo universo da educação escolarizada (Dialogia, 2021)

A prática escolar é em si mesmo uma construção social (SILVA, M. 2022). Com isso, carrega consigo marcas do passado colonial. Assim sendo, a Lei 10.639/03 surgiu com a função de nortear as práticas educacionais realizadas. Possui como objetivo a tentativa de reparação ligada à dívida histórica com as comunidades afro-brasileiras.

A prática educativa que engloba a história da população afro-brasileira, procurou desenvolver questões de identidades, culturas, saberes e possibilitando dar voz à história desses povos. É por meio, principalmente, da literatura que se tem buscado retratar traços e símbolos da cultura negra. Tornando-se, portanto, um mecanismo de resistência contra o racismo e o preconceito que ainda vem sendo negado e dissimulado especialmente no campo educacional.

Uma das formas de rearticulação dos discursos pedagógicos é por meio da implementação de uma metodologia afro-centrada. Tomando como base o conceito de afrocentricidade, tal proposta pretende valorizar a interculturalidade, a identidade narrativa, bem como formas de aprendizagem mais dinâmicas (SILVA, M. 2022). A teoria foi difundida pelo professor afro-americano Molefi Asante, ganhando adeptos que resultaram nos Estudos Afro-Brasileiros, trazendo para o centro da discussão a afrodescendência e a cultura africana. A metodologia afro-centrada possibilita por o negro como agente de sua história.

Apesar da Lei ter entrado em vigor há quase duas décadas, os desafios em torno da temática ainda se fazem muito presentes. A busca por uma educação antirracista reflete na criação e desenvolvimento de um literatura infantil voltada ao protagonismo e ao resgate da identidade, auto-imagem, da cidadania, das relações afetivas da população negra.

3. A LITERATURA INFANTIL E O PROTAGONISMO NEGRO

A obra escolhida para leitura e análise é da autoria de Luciano Ramos, escritor negro que dedicou-se a escrever uma obra antirracista. Ramos trata sobre identidade, corpo,

representação e afetividade de uma maneira poética e lúdica. É uma obra escrita por um negro, que tematiza o ser negro. Segundo a pesquisadora Simony Vieira (2021, pp.67), no caso dos “livros que abordam as relações étnico-raciais, não basta que eles sejam voltados para o público infantil e que tenham personagens negros/as. É preciso construir bons enredos”.

A história inicia-se descrevendo quem é “Quinzinho” (2020), um menino negro. Assim como desconstrói a concepção de lápis “cor de pele” ser apenas o branco. A priori, nota-se a afirmação da identidade do menino, ressaltando e valorizando suas características. O autor apresenta o personagem ressaltando sua beleza individual, positivando a identidade negra, como pode ser observado no seguinte trecho:

Os olhos de Quinzinho são da cor de jabuticaba brilhante. Seus pais dizem que ele tem estrelas nos olhos. O olhar do menino traz vida à obra de artes que é seu rosto. (...) Quinzinho é um menino muito estiloso. Seu cabelo é um porta-retrato para seu rosto, além de ser bem pretinho e macio, como algodão (...) Quinzinho é um menino lindo e ouve isso diariamente de seus pais. (RAMOS, pp. 5-6, 2020)

A obra deixa explícito o trabalho de reafirmação de identidade e busca de origens que os pais do Quinzinho realizam com ele. Um exemplo desse trabalho é recontar as histórias dos negros sem ser por uma perspectiva colonizadora de subalternidade, reforçando elementos como coragem, inteligência e habilidades. Sobre isso, nota-se que:

A literatura negra segue com o seu ideal de representar a subjetividade de negros e negras, tendo o compromisso com o público leitor de levar à população sua representatividade como indivíduo construtor de sua história, partindo da identidade coletiva de uma reconstrução instigante junto a reformulação dos padrões ideológicos e eurocêntrico. (VIEIRA, 2021, pp.78)

O ponto chave da obra é quando na escola, outras crianças dizem ao Quinzinho que ele não pode ser príncipe por ser negro. Essa fala demonstra que muitas vezes dentro dos próprios ambientes educacionais o racismo está impregnado nas vivências e por isso deve ser debatido desde a primeira infância. É inegável a:

existência de atitudes preconceituosas e discriminatórias sofridas pelas crianças negras e que influenciam a socialização e construção de identidade nos espaços de educação (...) Negar a cor de sua pele e associá-la às personagens dos desenhos infantis que são de maioria branca, compõe o cenário de uma infância embranquecida. Isso se dá devido a nossa construção identitária negra perpassar por acusações e estereótipos que são postos de acordo com as circunstâncias cabíveis de privilégio das pessoas branca.” (VIEIRA, 2021, pp. 80)

Um dos momentos cruciais do livro é quando dentro do ambiente escolar, os colegas de turma do Quinzinho dizem que ele pode ser o segurança da princesa e nunca o príncipe. Essa passagem retrata mais uma vez a concepção embranquecida do que, nesse caso, quem seria nobre ou da realeza, montando o imaginário de que o lugar do ser negro é um lugar de servidão. Esses estereótipos são embutidos e reforçados desde a infância até a vida adulta.

O fato da família do Quinzinho ter dialogado com sua família - e ter o apoio dela - que o ajudou a reafirmar sua identidade, garantiu a preservação da autoimagem positiva do menino negro. Após o protagonista relatar o ocorrido na escola, seu pai passa a contar histórias de personalidades: heróis, geógrafos, políticos, príncipes, cantores e compositores e trabalhadores, todos negros e que por causa de uma narrativa colonizadora suas histórias e seu protagonismo são postos em segundo plano. Tendo isso em mente Debus (2007 *apud* VIEIRA, 2021) diz que “A identificação com narrativas próximas de sua realidade e com personagens que vivem problemáticas semelhantes às suas leva o leitor a re-elaborar e refletir sobre o seu papel social e contribui para a afirmação de uma identidade étnica”

Luciano Ramos de forma brilhante reforça que homens e mulheres negros lutaram e permanecem na jornada de reivindicação para que a cor de pele não seja um determinante de papéis sociais, uma vez que a cor de pele é comumente um dos “primeiros critérios classificatórios das hierarquias raciais” (SANTOS, 2020). A literatura negra, então, agrega autores/as negras e negros que buscam romper com uma literatura de padrões europeus e com a ideologia de embranquecimento (VIEIRA, 2021). É uma obra que traz afeto, amor e identidade de maneira lúdica e simples. Permitindo assim, uma maior absorção pelo público.

Segundo os dados da Central Única das Favelas (CUFA - Brasil) em conjunto com outros órgãos que compõem o DataFavela, praticamente metade dos lares das favelas, onde vive 67% da população negra brasileira, são chefiados por mulheres. Demonstrando a evidente falta da figura paterna. As questões raciais estão enraizadas em toda construção social, inclusive familiar. O livro busca romper com a concepção de que a relação de afetividade entre pais e filhos não precisa ser repleta de agressividade, autoritarismo e brutalidade, reforçando a necessidade da posituação da imagem do menino negro (NASCIMENTO; SILVA, 2020). Nessa perspectiva temos que:

Se queremos que os pais cuidem de seus filhos, precisamos repensar a construção de masculinidades que têm sido desenvolvidas até o presente momento e, sobretudo, a partir de uma perspectiva que trate de questões como família e ancestralidade, entender como a figura do homem negro como pai se apresenta na literatura. (NASCIMENTO; SILVA, 2020, pp.13)

Assim sendo, negritude, vai além de dar uma conotação positiva a concepção do ser negro, pressupõe uma tomada de consciência das identidades negras. É retomada a identidade da população negra. Pode-se verificar então a influência direta do marxismo na ideia de negritude no segundo contexto, uma vez que busca a conscientização como forma de promover alteração nas estruturas de poder e reafirmação de identidades. Também é possível compreender que o ser negro é uma construção social complexa e por isso se faz necessário a ressignificação positiva da terminologia “negro”. (CONCEIÇÃO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a interseccionalidade entre gênero e raça na literatura infantil é possível perceber a profundidade de estereótipos e das lacunas presentes na sociedade. Compreende-se que houve um inegável avanço nas últimas duas décadas como resultado da luta do Movimento Negro e das políticas públicas vigentes. Apesar disso, a implementação efetiva de uma matriz curricular e de uma literatura anti-racista ainda não é uma realidade. Há ainda um longo percurso a ser percorrido.

Ao se tratar do lugar do menino negro na literatura infantil, se faz necessário entender a construção social. Uma vez que a sociedade é racista, construída pelo passado colonial, marcada pelo patriarcalismo, também sendo classista e sexista, a formação do menino negro possui particularidades. Dessa maneira, estereótipos como de brutalidade, desafeto, rivalidade, subalternidade perpaça desde a infância do menino negro e afeta não só seu desenvolvimento social, mas toda a compreensão de ser humano digno de ser amado, de conquistar lugares, de ter bons trabalho. Afeta a sua existência e vivência.

A literatura possui portanto um papel duplo, ela pode tanto mitigar os estereótipos, como reformá-los. Por isso, a necessidade de uma literatura anti-racista e afrocentrada, que reforce, estimule e demonstre a negritude. As quatro obras escolhidas visam positivar, apesar da questão da identidade ir além de apenas a postivação, a imagem do menino negro em suas diversas relações: consigo mesmo, com a família, com a escola, com as gerações. É válido lembrar que a identidade não é algo que se encerra em si mesmo, ela ultrapassa o corpo e o papel.

Busca-se, então, o estímulo do protagonismo do menino negro, empoderando e dando voz e espaço para o ocorra a quebra de padrões impostos pela sociedade. Não só isso, a literatura é uma forma de tirar o branco do centro, é uma maneira de promover a afrocentricidade e auxiliar na retomada do processo auto identificação da população negra. A

literatura é um chamado para o empoderamento do ser negro, ela é um eco que corroborara por uma nova construção do imaginário social, da própria cultura e de seus valores.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A minha mãe, Lucila Afonso, professora há mais de vinte anos, que permanece sonhando e lutando por uma sociedade mais justa e que valorize a educação.

Ao meu pai Jailton Nery e ao meu avô José Laurindo Afonso, em memória daqueles que foram meus primeiros professores da vida

A minha irmã, Luísa Rolim e ao meu cunhado João Rolim que me incentivaram, me ouviram e não me deixaram desistir.

A minha família e amigos entram nesse universo junto comigo.

A minha orientadora, Dr^a. Tarcia Regina da Silva, por dar a oportunidade de ter meu primeiro contato com a pesquisa científica. Que me ensina todos a importância de ser uma pessoa antirracista e mais consciente.

A Universidade de Pernambuco, por fomentar pesquisas em Ciências Humanas e ser um lugar de acolhida.

A FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, pelo incentivo à elaboração da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. [S. l.], 09 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BATISTA, M. F. O. **A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a educação das relações étnico-raciais em Pernambuco**. 2009. Dissertação de Mestrado UFPE- Recife, 2009.

CONCEIÇÃO, M. D.. **Por identidade e pertença: Processos de autorreconhecimento e afirmação da identidade negra entre estudantes da Escola José Alves de Figueiredo, Crato - CE (2011-2018)**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). - Universidade Regional do Cariri - URCA. Crato- Ceará, 2018. <DISSERTAÇÃO DALVA.pdf (capes.gov.br)>

COSTA, A. C; FRANÇA, D. X.. Estereótipos relativos a personagens negros e brancos presentes no discurso espontâneo das crianças que assistiram a programa pró-social e anti social. **Revista EDUCAMAZÔNIA - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá. Vol 1, nº 6, p.114-144, jan./jun. 2011

CUFA (Brasil). **Economia das Favelas - renda e consumo nas favelas brasileiras.** In: BNews, 2020. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/economia-e-mercado/257596-49-dos-lares-das-favelas-do-brasil-sao-chefiados-por-mulheres-diz-pesquisa.html>. Acesso em 14 dez. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Recurso eletrônico. ed.1, São Paulo, 2016

FRANÇA, L. F. **Personagens negras na literatura infantil brasileira: da manutenção à desconstrução do estereótipo.** Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, 2006.

MARTINHAGO, D. B. **As representações do negro na literatura infantil: algumas leituras do acervo do programa nacional biblioteca da escola (PNBE) do ano de 2013.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2016.

NASCIMENTO, Y. J. E.; SILVA, L. M. Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: O menino Nito, de Sonia Rosa. **ANTARES: Letras e Humanidades.** v.12, n. 26, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/8702/4318>

OLIVEIRA, Paulo. **A construção social da masculinidade.** Minas Gerais: Editora UFMG. e.d. 1º, 2004.

RAMOS, Luciano. **Quinzinho.** Ilustração: Bruna Assis Brasil. 1.ed. Curitiba: Editora e Consultoria Caqui, 2020. ISBN: 978-65-991223-4-7

RODRIGUES, R.. **As vozes que fazem o gênero: O feminino e o masculino nas famílias negras.** 2011, 16p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo.

SANTIAGO, Eliete. NETO, José Batista. **As questões raciais como objeto de pesquisa em educação: PPGC/UFPE 1999-2009.** Editora Universitária UFPE, 2010. p. 25.

SANTOS, I. J. L. **Entre o claro e o escuro: um estudo sobre sistema de classificação de cor e ações afirmativas.** Dissertação (Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Rio de Janeiro, Duque de Caxias - Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <BDTD: Entre o claro e o escuro: um estudo sobre sistema de classificação de cor e ações afirmativas (uerj.br)>

SILVA, M. Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-10, 2013, maio/ago. 2021. Disponível em: 10.5585/38.2021.20213.

SILVA, M. H. F. **Leitura literária e protagonismo negro na escola: Problematizando os conflitos étnico-raciais.** 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6326/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Meire%20Helen%20Ferreira%20Silva%20-%20202016%20-%20Parte%2001.pdf>>.

SCOTT, J. W.. Gênero: ainda é uma categoria de análise?. In: **Revista de História**, vol. 13, n. 26, jul- dez. 2021. E-ISSN: 2526-7280.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

VIEIRA, A. S.; SILVA, A. S.. Do movimento negro até a lei 10.639/03: percursos de uma educação antirracista. **Devir Educação**, [S.l], v. 7, n. 1, p. e-582, 2023. DOI: 10.30905/rde.v7i1.582. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/582>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VIEIRA, S. **Literatura Infantil Negra: Possibilidades para a Construção de uma Educação Antirracista na Educação Infantil da Creche São Miguel, Crato - Ceará**. Tese (Mestrado em Profissional em Educação - MPEDU) - Universidade Regional do Cariri - URCA, Ceará, 2021.